

**Evento:** XXX Jornada de Pesquisa ▾

INVISIBILIDADES INTERSECCIONAIS: A AUSÊNCIA DA ARTICULAÇÃO DE RAÇA, GÊNERO E AUTISMO NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS¹

Nathalia das Neves Teixeira², Denise Teresinha Pedroso Zilch³, Talita Rosa Ferreira⁴

¹ Projetos de pesquisa Políticas Afirmativas e Diversidade Edital 17/2023 - “Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) no Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil - Políticas Públicas para inclusão educacional e profissional” e “Pessoas com deficiência no Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil: ética da alteridade na construção de políticas públicas de inclusão”, desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos da UNIJUÍ e financiados pela CAPES.

² Doutoranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos, Bolsista CAPES/PDPG Políticas Afirmativas e Diversidade Edital 17/2023.

³ Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos, Bolsista CAPES/PDPG Políticas Afirmativas e Diversidade Edital 17/2023.

⁴ Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos, Bolsista CAPES “Pessoas com deficiência no Ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil: ética da alteridade na construção de políticas públicas de inclusão”.

INTRODUÇÃO

Ao abordar o Transtorno do Espectro Autista (TEA) sob a perspectiva interseccional de gênero e raça, é imprescindível, em um primeiro momento, conceituar o TEA como um transtorno de neurodesenvolvimento. A referida condição neurológica é caracterizada por déficits na comunicação e na interação social, bem como por padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, conforme explicam Mendes e Silva Júnior (2020).

Embora as pesquisas sobre autismo tenham ganhado maior visibilidade na agenda educacional, a articulação entre os marcadores sociais de raça e gênero ainda é amplamente negligenciada nos estudos científicos sobre o espectro. Diante dessa lacuna, o presente estudo propõe-se a promover uma crítica social à invisibilidade acadêmica que silencia as intersecções de raça, gênero e autismo, com especial atenção às mulheres negras autistas.

A inviabilização das experiências de mulheres autistas racializadas revela-se enraizada nas estruturas de poder sustentadas pelo racismo, sexismo e capacitismo. Nesse contexto, a interseccionalidade se mostra fundamental para compreender como essas opressões se entrelaçam, além de orientar a formulação de políticas públicas mais inclusivas, que reconheçam e acolham as múltiplas expressões da neurodiversidade.

Do mesmo modo, a ausência de uma abordagem interseccional nas pesquisas sobre o Transtorno do Espectro Autista, particularmente no que se refere às mulheres negras autistas,



evidencia uma contradição frente aos compromissos assumidos pelo Brasil e demais países em relação à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Em atenção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacam-se o ODS 4, que propõe assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e o ODS 10, que visa à redução das desigualdades. A não consideração das interseções entre raça, gênero e autismo compromete a efetivação desses objetivos, tornando urgente a incorporação da perspectiva interseccional nas políticas educacionais, na produção científica e nos marcos normativos voltados à garantia dos direitos das pessoas neurodivergentes.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e crítica, subsidiada nos pressupostos da epistemologia feminista negra. O estudo desenvolve-se por meio da revisão bibliográfica e a análise documental de produções científicas nacionais, com foco no entrelaçamento entre raça, gênero e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A seleção do material se deu a partir de critérios de relevância temática, privilegiando artigos, teses e dissertações que abarcam o tema aqui proposto. Além disso, foram incorporadas reflexões de autoras negras com o objetivo de tensionar a produção hegemônica. A metodologia escolhida busca evidenciar a negligência científica diante das experiências de mulheres negras autistas, contribuindo para a construção de um conhecimento plural, inclusivo e comprometido com uma justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm sido historicamente orientados por uma epistemologia universalizante, centrada na vivência de sujeitos masculinos, brancos, diagnosticados precocemente e com acesso a intervenções especializadas desde a infância. Essa perspectiva hegemônica contribui para a invisibilização de pessoas autistas que não se enquadram nesse modelo normativo, produzindo um vazio epistemológico em torno das múltiplas expressões do autismo e de suas interseccionalidades.

Garcia e Lucas (2022) apontam que as mulheres permanecem em situação de subdiagnóstico, tanto pela dificuldade em reconhecer os sinais do transtorno em corpos



femininos quanto pela reprodução do discurso equivocado de que o autismo seria predominantemente masculino.

A neurocientista Gina Rippon (2019) evidencia que a representação estereotipada do autismo como um transtorno predominantemente masculino contribuiu significativamente para a negligência no diagnóstico de meninas e mulheres, além de provocar lacunas persistentes nas áreas da saúde e da produção científica. Neste sentido, Joice Souza Melo (2025, s.p.) complementa que o racismo estrutural “[...] reforça a imagem do autismo azul - crianças brancas, geralmente meninos, como se o espectro não abrangesse também mulheres, meninas e pessoas negras ou indígenas”. Essa invisibilidade não é acidental, tornando-se urgente também o enfrentamento do racismo estrutural que permeia os processos de diagnóstico e cuidados de mulheres autistas racializadas.

Sob uma perspectiva racial, Angela Davis (2016) destaca que mulheres negras foram historicamente excluídas do acesso aos direitos assegurados às mulheres brancas, inclusive no campo da saúde. Nesse contexto, a autora argumenta que: “[...] as mulheres negras foram empurradas para as margens de todos os discursos hegemônicos, tanto os feministas quanto os antirracistas, porque seus corpos não se adequavam ao modelo ideal de vítima e de cidadã” (p.12). Portanto, isto contribui para a manutenção da exclusão e invisibilidade das mulheres negras nos espaços de cuidado, pesquisa e formulação de políticas públicas. Diante da elevada incidência de subdiagnósticos, ou mesmo da completa ausência de diagnósticos, somada à escassez de pesquisas e dados específicos sobre mulheres autistas racializadas, muitas mulheres negras no espectro podem atravessar toda a vida sem que sua neurodiversidade seja reconhecida.

Em sua pesquisa, Gonçalves *et al.* (2025), apontam que a “camuflagem”, impulsionada pela pressão para se conformar às normas sociais, tende ser mais acentuada entre as mulheres racializadas, que, diante contextos marcados pelo racismo e sexismo, enfrentam exigências sociais ainda mais rigorosas em relação à sua conduta. Outrossim, acentuam que a negligência histórica de gênero, raça e classe nos estudos e práticas clínicas sobre o autismo reforçam a marginalização de mulheres, atrasando diagnósticos e comprometendo intervenções. Reconhecer a interligação dessas opressões é fundamental para construir políticas e abordagens mais justas.



A partir da interseccionalidade proposta por Patricia Hill Collins, em consonância com o estudo de Gonçalves *et al.* (2025), compreendemos que a experiência de uma mulher negra autista é moldada pelo cruzamento de opressões como racismo, sexismo e capacitismo, que se reforçam mutuamente. Esses fatores de dominação específica dificultam o diagnóstico precoce e a inclusão social. Ainda, o racismo institucional na saúde, aliado ao estereótipo do autismo como uma condição masculina, o que foi teorizado pela Rippon (2019), impede o acesso a um diagnóstico adequado. Assim, uma análise crítica dessas estruturas demanda uma abordagem interseccional capaz de construir uma epistemologia inclusiva, centrada em sujeitos atípicos e situada além dos paradigmas eurocêntricos.

Por fim, uma análise mais aprofundada das vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres autistas racializadas revela a fragmentação temática recorrente nas pesquisas sobre o espectro, denota-se um problema estrutural. Esse silêncio, evidente nos estudos analisados, testemunha a dificuldade em articular de forma integrada raça, gênero e o autismo. A ausência de uma abordagem interseccional nos estudos científicos acaba por produzir retratos parciais de um fenômeno complexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise interseccional entre raça, gênero e autismo evidencia as múltiplas camadas de opressão que afetam as mulheres negras autistas, cuja existência tem sido historicamente silenciada pela ciência, pela agenda política e pelos serviços de saúde e educação. A produção de conhecimento circunscrita na epistemologia universalizante, centrada em indivíduos brancos, masculinos e neurotípicos, coopera para o apagamento dessas experiências e salienta as desigualdades estruturais.

A partir do estudo delineado, conclui-se que reconhecer essa realidade e silenciamento de pesquisas científicas voltadas para mulheres negras autistas é fundamental para romper com essas lógicas excludentes envolvidas nos seus diagnósticos, cuidados e inclusão. As pesquisadoras evidenciam a urgência na construção e fidelização de uma ciência comprometida com a justiça social e cognitiva, que valorize a diversidade humana e promova políticas públicas verdadeiramente inclusivas, capazes de reconhecer e acolher a complexidade e as especificidades das existências humanas neurodivergentes racializadas.



Palavras-chave: Autismo. Gênero. Interseccionalidade. Mulheres Negras. Raça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heloísa Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GARCIA, Vagner Rodrigues; LUCAS, Priscila Jaeger. Capacitismo e racismo: uma abordagem interseccional. In: **Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Novos Ativismos e Protagonistas na Reinvenção da Solidariedade Social**, 2022, Porto Alegre. Porto Alegre: UNISINOS, 16 a 18 nov. 2022. p. 1125

GONÇALVES, Jéssica dos Santos; RODRIGUES, Estephani Oliveira; MOUTINHO, Guilherme Lira; MOUTINHO, Diego Lira; SANTOS, Isabella Souza Rocha; BERNARDELLI, Felipe Simião Mendes; AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão; DIAS, Edgar Toschi; UNSAIN, Ramiro Fernandez. BARREIRAS INTERSECCIONAIS NO DIAGNÓSTICO E ACESSO AO TRATAMENTO DO AUTISMO: GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM PERSPECTIVA. **Revista DCS**, [S. l.], v. 22, n. 81, p. e3055, 2025. DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3055. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/3055>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MELO, Joice Souza. Autismo e racismo estrutural: a invisibilidade das pessoas racializadas no espectro. **Nós, mulheres da periferia**, 2025. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/autismo-e-racismo-estrutural-a-invisibilidade-das-pessoas-racializadas-no-espectro/>. Acesso em: 6 ago. 20

MENDES, Maria Clara Menin Batistão; SILVA JÚNIOR, Sérgio Caetano da. Autismo: A importância do diagnóstico e intervenção precoce. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia da FAEF**. Volume 34, Número 2, Novembro 2020

RIPPON, Gina. **The Gendered Brain**: The new neuroscience that shatters the myth of the female brain. London: The Bodley Head, 2019. 25.